



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

ANO 17 Nº 3
Março de 2008

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Os limites do crescimento econômico embasado no mercado interno

Por razões já amplamente discutidas, no terceiro trimestre de 2007 a economia norte-americana foi envolvida por crise que desacelerou sua atividade produtiva e causou o abalo das finanças internacionais. Com intensidade e duração ainda desconhecidas, o processo tem potencial de pôr em xeque o crescimento das demais economias do mundo.

Contudo, no Brasil, crê-se que sua economia não perderá muito do dinamismo de 4,4% anuais médios verificado entre 2004 e 2007. É claro, são mais resilientes à desaceleração generalizada dos mercados externos aquelas economias cujos crescimentos se baseiam na expansão de seus mercados internos. Esse é o caso da economia brasileira na atualidade, a qual, além disso, dispõe de situação confortável também no referente às suas contas públicas e externa.

É inquestionável, mas mercados internos expansivos, se bem que sejam condição necessária da resiliência referida, não totalizam as condições suficientes. Estas incluem requisitos adicionais. Dentre eles, o de serem capazes de garantir os meios materiais necessários à expansão produtiva. É verdade que o que não pode ser produzido internamente pode ser importado, e, para financiar a importação, pode-se fazer uso das reservas externas de que o País disponha. Mas esse recurso é, necessariamente, limitado no tempo. De forma alternativa, pode-se utilizar o aporte de capitais externos e saldos em transações correntes (STCs.).

No caso brasileiro, o aporte de recursos externos tem sido mais do que suficiente para sustentar o dinamismo da economia brasileira dos últimos anos. Também em razão dele, as cotações da moeda e o volume das reservas externas do

País elevaram-se para níveis reais inusitados (Tabela). Porém tamanha entrada de capitais forâneos só foi possível devido às excepcionais liquidez internacional e STCs vigentes nos últimos anos. Infelizmente, para o futuro, ambos tendem à redução.

A liquidez internacional sofrerá contração em razão das dificuldades que, já hoje, envolvem a economia norte-americana e as finanças internacionais. Além disso, mantido o dinamismo da economia brasileira, as evidências disponíveis são de que o País voltará a produzir volumosos déficits externos correntes em prazo não muito distante, mesmo que preservada a atual taxa de crescimento do comércio internacional (Tabela). Nesse caso, o mesmo dinamismo conjugar-se-ia à volta da elevada e desestabilizadora vulnerabilidade externa, que condenaria o primeiro.

Mas é mais provável que o crescimento econômico seja contido antes que os déficits externos atinjam níveis tão elevados. Constatada a tendência de déficits externos crescentes, seguir-se-iam desvalorização cambial, pressões inflacionárias e, dado o regime de metas de inflação vigente no Brasil, elevação dos juros internos, contenção do crescimento econômico e adequação das contas externas. A variável de ajuste seria o crescimento econômico.

A economia brasileira dispõe do fôlego que lhe propiciam suas volumosas reservas externas atuais. Depois que parcela significativa delas tiver sido utilizada, o crescimento econômico será contido, não interessando quão dinâmico seja atualmente seu mercado interno.

Taxas de crescimento do PIB, saldos em transações correntes e reservas externas do Brasil — 2007/2010

ANOS	PIB (1) (Δ%)	TRANSAÇÕES CORRENTES SEGUNDO A HIPÓTESE PARA OS TERMOS DE TROCA (2) (US\$ bilhões)		RESERVAS EXTERNAS EM FINAL DE PERÍODO (US\$ BILHÕES)
		Termos de Troca com a Mesma Variação de 2007 (3)	Termos de Trocas Constantes (2007 = 100)	
2003	1,1	4,2	4,2	49,3
2004	5,7	11,7	11,7	52,9
2005	2,9	14,0	14,0	53,8
2006	3,7	13,6	13,6	85,8
2007	5,2	3,5	3,5	180,3
2008	4,5	-4,4	-13,1	...
2009	4,0	-12,2	-30,7	...
2010	4,0	-23,8	-51,6	...

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen.
Funcex.

(1) Para 2007, a variação do PIB é a que efetivamente ocorreu. Para os demais anos, ela corresponde às expectativas divulgadas pelo **Relatório Fôcus**, do Banco Central. (2) Até 2007, trata-se de dados a respeito dos saldos de transações correntes efetivamente ocorridos, publicados pelo Bacen. A partir de 2008, os valores traduzem estimativas do autor. As estimativas foram feitas, admitindo que: (a) as exportações evoluam com a intensidade de 2007 (de 16,6%, se as referências forem nominais, e de 4,4%, se elas forem em termos de *quantum*); (b) as importações cresçam de acordo com a expansão do PIB e de sua elasticidade-renda; (c) a elasticidade-renda das importações considerada seja de 6,0 em termos de *quantum* e de 6,6 em termos nominais; e (d) os serviços e rendas sejam incrementados à taxa histórica de 5,56% anuais. Eventuais variações cambiais são desconsideradas. (3) Em 2007, a relação dos acréscimos percentuais das exportações e das importações brasileiras foi de 2,51.

Pedro Almeida (FEE/CEES)

A área efetivamente urbanizada do RS

Dentre os diversos métodos para determinar se uma área é urbanizada, os que utilizam imagens de satélite parecem proporcionar os melhores resultados, pois a mancha física da cidade é um dado inequívoco para os sensores dessas imagens.

A partir dessa perspectiva, para o biênio 2000-01, verifica-se que o território gaúcho possuía 1.647km² de área urbanizada, o que representa 0,61% da área total do Estado. Ao se analisarem os cinco municípios com as maiores áreas urbanizadas do Estado, observam-se a liderança de Porto Alegre, com 160,8km² de área urbanizada, o que representa apenas 32,4% da área total do município, e, em segundo lugar, Canoas (94,4km²), com uma grande parcela de seu território urbanizada (72,01%). Destacam-se, também, os Municípios de Caxias do Sul e Passo Fundo, que, apesar de possuírem grandes áreas urbanizadas, detinham tênues percentuais de urbanização, respectivamente, 4,13% e 6,52%.

Esses exemplos apontam elementos que, juntamente com o exame do contexto regional, servem de importante suporte para os planejamentos territorial e ambiental de municípios e do Estado.

Áreas total e urbanizada dos cinco municípios com as maiores áreas urbanizadas do RS — 2000-01

MUNICÍPIOS E ESTADO	ÁREA TOTAL (km ²)	ÁREA URBANIZADA	
		Tamanho (km ²)	Percentual (%)
Porto Alegre	496,1	160,8	32,40
Canoas	131,1	94,4	72,01
Caxias do Sul	1 588,4	65,6	4,13
Novo Hamburgo	216,0	52,8	24,43
Passo Fundo	759,4	49,5	6,52
RS	269 153,9	1 647,0	0,61

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

Rendimentos em queda nas culturas de verão do RS

A Quinta Estimativa da Safra de Grãos (Conab, fev./2008) sinaliza redução, no RS, no rendimento médio dos principais grãos da safra de verão ora em curso. Em relação ao arroz, cuja colheita inicia em fevereiro, é previsto um rendimento de 6.697 kg/ha, pouco inferior ao da safra passada (-0,4%). Para o milho (primeira safra), é esperada, até o momento, uma redução maior, de 7,3%, na produtividade dessa safra, em relação à obtida na anterior. Quanto à soja, a redução é ainda mais significativa, ficando 15,7% inferior ao rendimento médio de 2.550 kg/ha obtido na safra de 2007. Salienta-se que a área plantada com esses produtos, na safra 2007/2008, no RS, aumentou 11,4% para o arroz, foi maior em 1,7% para o milho e diminuiu 1,9% para a soja.

O clima dos últimos dias preocupa os produtores, uma vez que algumas culturas que se encontram em fase crítica

indicam a necessidade de que haja precipitações nos próximos dias, para a manutenção do seu bom desenvolvimento, como é o caso da lavoura de soja. Entretanto a Metsul Meteorologia alerta sobre problemas localizados de estiagem no interior gaúcho, que podem ser ampliados nas próximas semanas.

Essa situação deve ser acompanhada com muita atenção, uma vez que, com o pouco incremento na área plantada do milho e a redução na da soja, na safra em curso, as reduções no rendimento médio podem indicar um desempenho menos satisfatório do que o obtido em 2007 e contribuir para a diminuição da renda agrícola do segmento, mesmo com a manutenção de preços favoráveis que ocorrem presentemente.

Comparativo da produtividade de produtos selecionados do Brasil e do RS — safras 2006/2007 e 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 2006/2007 (kg/ha) (A)	SAFRA 2007/2008 (kg/ha) (B)	VARIAÇÃO % B/A
Arroz (em casca)			
Brasil	3 813	4 055	6,3
RS	6 726	6 697	-0,4
Milho (primeira safra) (em grão)			
Brasil	3 855	3 948	2,4
RS	4 300	3 986	-7,3
Soja (em grão)			
Brasil	2 822	2 802	-0,7
RS	2 550	2 150	-15,7

FONTE: Conab. Quinto Levantamento. Fev. 2008.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)

Comparação dos PIBs estaduais na nova série do IBGE

A nova série das Contas Regionais, divulgada recentemente pelo IBGE em parceria com os órgãos de estatística regionais, permitiu que se pudesse obter uma compreensão mais acurada das transformações econômicas pelas quais passaram os estados nos últimos anos. Nessa série, no período 2002-05, o RS continuou a manter a posição de quarto maior PIB do Brasil.

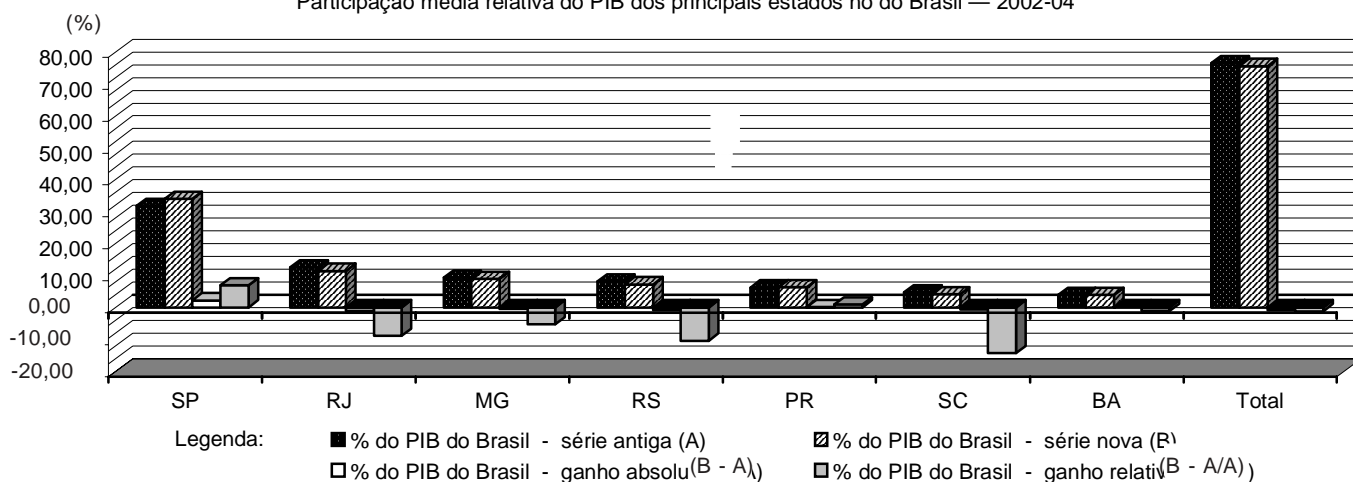
Dentre as sete principais economias estaduais, São Paulo é aquela que teve o maior ganho de participação, em termos absolutos (2,2%) e relativos (6,92%), no PIB brasileiro. O Paraná é outro estado, dentre os sete, que também teve ganho de participação, 0,05% em termos absolutos e 0,87% em termos relativos.

Por outro lado, o RS perdeu participação relativa. Na série antiga, no período 2002-04, a participação relativa média

do PIB do RS no brasileiro foi de 8,03% e, na série nova, foi de 7,19%. Em 2005, essa participação continuou a cair, como reflexo da continuidade da crise agrícola no Estado, ficando em 6,72%. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia também perderam participação no período 2002-04, na nova série, relativamente à anterior. O conjunto dos principais estados perdeu participação relativa na nova série, conforme visto no Gráfico.

Outros fatos importantes a serem ressaltados na nova série, isso em termos de composição da estrutura econômica de cada estado, são o aumento de participação relativa dos serviços e, em contrapartida, a perda de participação da agropecuária e da indústria, o que foi um fenômeno generalizado.

Participação média relativa do PIB dos principais estados no do Brasil — 2002-04



FONTE: IBGE.
FEE/INCS.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

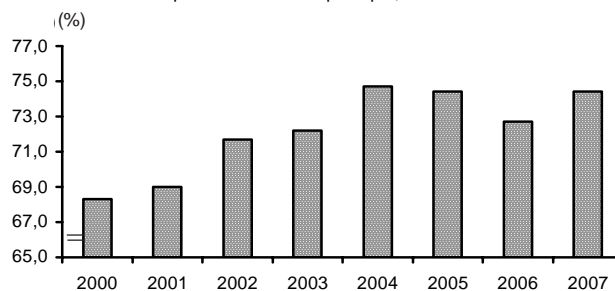
Rendimentos do trabalho: persiste discriminação entre mulheres e homens

Ao se analisar a discriminação entre os sexos quanto à inserção no mercado de trabalho, os rendimentos têm-se destacado como um dos fatores que mais expressam a desigualdade entre homens e mulheres. Esse quadro é corroborado, quando se verificam os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre sobre o rendimento das mulheres. Em 1993, as mulheres ocupadas recebiam 65,2% do rendimento médio real dos homens (R\$ 796,00 contra R\$ 1.219,00 do contingente masculino); em 2000, essa proporção foi de 68,3%, iniciando uma trajetória mais virtuosa para as mulheres trabalhadoras. Num movimento oscilante, os anos seguintes indicaram uma tendência de redução da diferença entre os rendimentos médios femininos e os masculinos. A partir de 2000, a menor diferença foi registrada em 2004 (74,7%), tendo-se observado pequeno aumento da desigualdade em 2005 e 2006 e, novamente, uma redução dessa disparidade em 2007 (74,4%, equivalendo a um rendimento médio de R\$ 864,00, enquanto o masculino foi de R\$ 1.161,00).

Não obstante a redução da diferença entre os rendimentos femininos e os masculinos, a discriminação da mulher no mercado de trabalho ainda é nitidamente anunciada pelos rendimentos auferidos. A despeito da legislação sobre a igualdade de salários, as remunerações têm apresentado diferenças significativas entre os sexos, obedecendo, além da própria

discriminação sexual, a critérios que contemplam atributos pessoais, como nível de escolaridade, idade e cor, sendo pouco determinadas pela natureza do trabalho e pela capacitação do indivíduo. Nível de escolaridade superior e situação familiar (estado civil, idade dos filhos), por exemplo, favorecem a inserção da mulher no mercado de trabalho, aproximando seus rendimentos aos recebidos pelos homens, embora, na média, ainda distantes da igualdade.

Rendimento médio real das mulheres ocupadas em relação ao dos homens ocupados no trabalho principal, na RMPA — 2000-07



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/CPED)

Aumenta a concentração empresarial das exportações gaúchas

Apesar da contínua apreciação do real em relação ao dólar, as exportações nacionais e as estaduais aumentaram significativamente de 2004 a 2007. Mas uma análise mais detalhada das principais empresas exportadoras mostra uma forte diferença no seu desempenho no mercado externo, uma vez que a taxa de câmbio teve um impacto distinto sobre as firmas. Para diminuir o efeito negativo da valorização do real, muitas empresas passaram a importar mais.

O câmbio adverso foi compensado pelo cenário externo favorável, com maior crescimento econômico mundial e altos preços de *commodities* nos mercados internacionais, que, aliados aos ganhos de produtividade das empresas, compensaram a valorização cambial para algumas firmas, favorecendo, até mesmo, a elevação do valor exportado. Contudo, para as empresas tradicionais que utilizam muita mão-de-obra e poucos insumos importados, essa apreciação tem diminuído sobremaneira a competitividade externa.

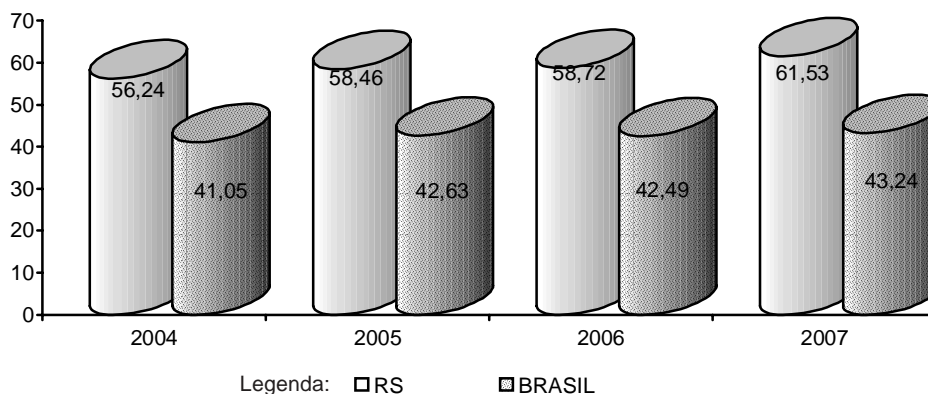
No período 2004-07, ao se confrontar a participação das vendas externas das 40 principais empresas com o valor total exportado, observa-se um incremento mais acentuado no RS, que passou de 56,24% para 61,53%, do que no Brasil, onde se elevou de 41,05% para 43,24%, indicando um aumento na concentração empresarial das exportações gaúchas maior que em nível nacional. Apenas as 10 primeiras empresas, em valor, representaram, em média, quase um terço e menos da quarta

parte do total exportado pelo Estado e pelo País respectivamente. Deve-se destacar que as aquisições e as fusões ocorridas e a ampliação da capacidade produtiva e comercial também contribuíram para o incremento da concentração.

Ao longo dos últimos quatro anos, no RS, as principais exportadoras, em valores, foram: Bunge Alimentos S/A, Doux Frangosul S/A, Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. e Universal Leaf Tabacos Ltda., todas firmas do agronegócio. Salientaram-se, pela taxa de crescimento das exportações, as empresas dos setores de alimentos e de petróleo e petroquímica, com destaque para as variações positivas dos preços internacionais.

A listagem das 40 maiores exportadoras período 2004-07 sofreu alterações, devido aos deslocamentos de posição entre as empresas, tendo em vista seus diferentes desempenhos. Mas grande parte delas exportou elevados valores em todos os anos considerados. A maiores exceções ocorreram entre as exportadoras de calçados, tanto pela desativação total ou parcial da produção como pela instalação de plantas industriais em outros estados e até no exterior, reduzindo as vendas externas gaúchas desse setor. A transferência de parte da produção foi uma estratégia de sobrevivência das empresas, na tentativa de preservarem sua competitividade no mercado.

Participação percentual das 40 principais exportadoras no valor exportado do Brasil e do RS — 2004-07



FONTE: MDICT/Secex.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.02.08).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.